

ATUALIDADE

«Dieta mediterrânica no topo, mas a paisagem é para arrasar», lamenta Almargem

Associação ambientalista contesta destruição da Paisagem Mediterrânica do Sotavento

O primeiro alerta chegou, no início da semana passada, pela voz de Ângela Rosa, agricultora biológica e militante de uma cidadania ativa, dando conta do abate de 17 hectares de pomar ancestral em Santo Estevão, concelho de Tavira, com o objetivo de ser instalada uma exploração intensiva de abacate. Uma situação reconhecida agora pela associação Almargem. «Em Tavira, Cacela e outros pontos do Sotavento algarvio, supostamente uma das áreas-chave da Dieta Mediterrânica em Portugal, sucedem-se os atentados contra o coberto vegetal tradicional, um dos fundamentos da classificação pela UNESCO deste conceito cultural como Património da Humanidade. Nos últimos anos, o Vale da Asseca, incluído no Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento, tem sido um

dos alvos principais desta maré sempre crescente de destruição da paisagem mediterrânica ancestral, com sucessivos terraceamentos das encostas e ripagens de alto-abaxio dos cerros, essencialmente para cultivo de laranjais e vinha, pondo em causa os importantíssimos valores naturais desta zona», denuncia a direção da Almargem, em nota enviada às redações, na segunda-feira, 7 de agosto.

«Outro caso bem conhecido localiza-se na Torre d'Aires sítio arqueológico romano, um dos mais importantes do Algarve, o qual tem vindo a ser arrasado desde há décadas para fins agrícolas de caráter intensivo, com a complacência das autoridades, que autorizaram a instalação no local de estufas para cultivo de frutos vermelhos. Neste, como em muitos outros locais, a técnica usada é a

hidroponia, a qual, além de implicar a decapagem e compactação total do solo, tem implicações ambientais graves incluindo a poluição das águas».

Mas «as principais vítimas deste verdadeiro assalto à paisagem agrícola tradicional do Sotavento, têm sido os pomares de sequeiro que, durante séculos, permitiram aos algarvios sobreviver por entre as sucessivas crises económicas do país, e que estão, hoje, na mira de investidores sem escrúpulos para quem o solo e a paisagem rural são coisas sem qualquer importância», acusa a Almargem.

«No sítio da Fábrica (Cacela-a-Velha) foram, há algum tempo abatidas várias oliveiras e alfarrobeiras centenárias, caso ainda mais grave uma vez que o local está incluído no Parque Natural da Ria Formosa. Neste preciso momento,



Ângela Rosa

mais uns largos hectares de amendoeiras, alfarrobeiras, figueiras e oliveiras (algumas das quais de grande porte e respeitável idade) estão a ser dizimados no sítio da Balieira, entre Santa Margarida e Santo Estevão, para instalação de um pomar de abacate».

A Almargem «não está obviamente contra o desenvolvimento e a valorização da atividade agrícola, porém repudia profundamente esta situação de vale tudo, a qual considera inaceitável e que atenta de forma grosseira contra o património paisagístico da região».

Neste sentido, «faz um apelo urgente às entidades

com competência sobre todo este território, como a Direção Regional de Agricultura, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e os responsáveis autárquicos locais para que assumam uma atitude mais ativa e crítica no que respeita ao incremento dos projetos de produção agrícola não-tradicional, em detrimento de áreas com vegetação natural, pomares de sequeiro e outros terrenos de cultivos tradicionais, que devem ser preservados. A Almargem apela à Assembleia da República e ao governo para que procedam a uma alteração legislativa com vista a reverter o regi-

me de exceção obscuro dos Perímetros de Rega e Aproveitamentos Hidroagrícolas, cuja manutenção, tal como está, se revela lesiva do património natural e da identidade paisagística da região», lê-se ainda na nota.

Caso estas entidades «nada façam e esta situação se mantenha inalterada, a Almargem vai congrega esforços junto de todos os defensores da Paisagem Mediterrânica do Sotavento para elaboração de um dossier que inclua os mais recentes atentados aí perpetrados, o qual será enviado à consideração do Comité do Património Mundial da UNESCO».

OPINIÃO

João Pereira Antunes

Fogos, é bom lembrar!

O fogo de Pedrogão foi extinto, deixando para trás um cenário dantesco de destruição e sofrimento largamente relatado pelos *media*. À tragédia sucedem-se os infundáveis debates, com díspares opiniões, acusações e passa-culpas. Constituem-se comissões para inquirir no terreno o que é óbvio: a floresta arde, arde e continuará a arder e não há SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal), bombeiros, aviões e helicópteros que nos valham, se não for feito um radical ordenamento do território.

O ideal deste ordenamento seria repor o coberto vegetal do século XIX ou o am-

biente da década 1940/50, o que convenhamos, embora no nosso país, face aos interesses em jogo e às mentalidades reinantes, não é fácil e, quiçá, praticamente impossível. Mas algo tem de ser feito.

Para sustentar o que afirmo passo a descrever o que sobre esta matéria observei ao longo dos meus 82 anos de idade: sou de uma aldeia da zona do pinhal, onde, até hoje, o primeiro grande incêndio deflagrou em agosto de 2003. Até esse ano não há registo de incêndios. Vejamos porquê.

Dizia-me o meu avô que a floresta natural, no seu tempo, era constituída por sobreiros, carvalhos, castanheiros e oli-

val, espécies mais resistentes ao fogo. Ele mesmo possuía um soute de castanheiros onde se apanhava a castanha para alimentação em verde, ou seca. Os primeiros pinheiros surgiram, no seu tempo, na serra dos Alvelos e rapidamente se espalharam por todo o centro da Beira Baixa, originando a maior mancha florestal de Portugal. Todavia essa enorme mancha florestal não ardia, embora o pinheiro seja, como se sabe, uma espécie inflamável. Não ardia devido ao seguinte: a aldeia era habitada por mais de 400 almas; todos tinham cabras que pastavam nos campos; todos cortavam as estevas, as giestas e devas-

tavam os pinheiros para queimar na lareira ou no forno comunitário; roçavam o mato para cama do gado e estrumar as hortas; a caruma que caía do pinheiro era raspada com o ancinho e transportada para a horta para proteger as culturas da canícula do verão; não havia plantação de eucaliptos, principal foco de incêndios. E por fim, a prevenção, natural, contra o incêndio devia-se, também, à indústria da resina, a maior da Europa.

No fim do inverno, numa azáfama constante, centenas de resineiros, calcorreavam a floresta iniciando aos trabalhos do ano com a desencarasca do pinheiro. De seguida, espetavam-se as cavilhas para suporte dos púcaros e sangrava-se o pinheiro com

o ferro da renova. A resina que brotava da sangria para o púcaro era depois recolhida pelas mulheres e transportada em grandes baldes para o bidão que depois de cheio seguia para a fábrica. No Outono, quando o frio aparecia, a resina que ficava colada à sangria era raspada e igualmente despejada nos bidões. Deste modo a floresta, da qual a aldeia dependia para sua subsistência, estava sempre vigiada por centenas de homens e mulheres.

Se, por azar, um qualquer agricultor ao queimar algo na sua horta, o fogo ultrapassasse os limites e ganhasse proporções difíceis de controlar, o sino tocava a rebate e o povo ocorria para o extinguir, pois não existiam

bombeiros, telefones e indústria do fogo.

Hoje, este cenário está totalmente alterado, não existe. Não há hortas cultivadas, alqueves, rebanhos de cabras, resineiros, porque na minha aldeia, como em tantas outras, no concelho de Proença-a-Nova, em vez das 400 almas apenas ali residem 40 de idade avançada.

O fogo, como acima digo, fez a sua aparição naquele fatídico mês de agosto de 2003, queimando os meus bens e os de toda a gente por onde lavrou. E voltará, ao mais pequeno descuido, com mais força, porque das cinzas deste incêndio nasceram e cresceram a esmo novos pinheiros dando origem a uma mata impenetrável.